



ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 7º, DA LEI 4.674/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1 de 2 fls. 2



2 de 2 fls. 3

PROTOCOLLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330038003000320030003A005000

Assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MANHAES** em 14/05/2024 10:00

Checksum: 2DE1618B39C6DC58977571264B4143222AAC7A1DAD1FFA1F26BD2AB6FB166BE1



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330038003900320030003A0059000520040001Dassinamento digitalmente assinado
conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100330031003200310037003A005400

Assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MANHAES** em **14/05/2024 10:02**

Checksum: **3B64F79A1C00D2572FB5D06D577A5A19D80BEAD2281E78AFC6F8F1311EB010E6**





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100330031003200320030003A005400

Assinado eletronicamente por **WELINGTON TOBIAS PEREIRA** em 14/05/2024 10:12

Checksum: **646EA52F8AFDBD6841C23CAA11EB1A55F04DEB2C7A998D9D7E8E22C3F981FDE0**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

De: Plenário

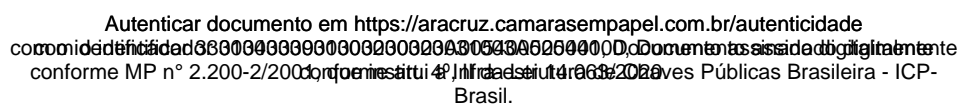
À DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

O Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Legislativo, apresentado em Plenário na 146ª Sessão Ordinária, é encaminhado à Diretoria de Processo Legislativo para distribuição às Comissões.

Em 14 de maio de 2024

WELINGTON TOBIAS PEREIRA

Assist. Administ. I



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100330031003200320031003A005400

Assinado eletronicamente por **WELINGTON TOBIAS PEREIRA** em **14/05/2024 16:17**

Checksum: **19FD8A6ADC3EEA388A7C5131E7082835FCFF128044DE7C1B592F71F7E0D0E05A**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

De: DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

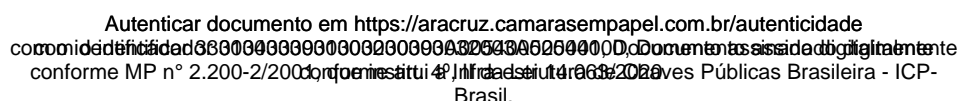
À GABINETE ROBERTO RANGEL

Encaminho o Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Legislativo, ao vereador Roberto Rangel, relator na Comissão de Justiça, para exarar parecer, conforme reunião ordinária de 14/05/2024.

Em 14 de maio de 2024

WELINGTON TOBIAS PEREIRA

Chefe de Departamento Legislat



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100330031003200390032003A005400

Assinado eletronicamente por **WELINGTON TOBIAS PEREIRA** em 14/05/2024 17:02

Checksum: **9D27C20008A6850AB67BC55B217BEA62D57C596234B9C7D01A563642B6EA1761**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()
Processos Apensados: Nenhum
Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

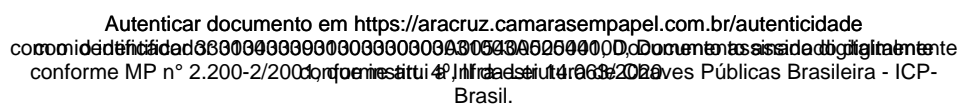
**De: GABINETE ROBERTO RANGEL
À DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

Segue parecer da CCJ.

Em 29 de maio de 2024

ROBERTO RANGEL

Vereador



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100330031003300300031003A005400

Assinado eletronicamente por **ROBERTO RANGEL** em 29/05/2024 09:11

Checksum: **AD9AA4FBD8D8FA18F83AB4C25C35C133762F2A3843876E41EC4D66D5DDE300A3**





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 19/2024

EMENTA: Altera a redação do artigo 7º, da Lei 4.674/2023, e dá outras providências.

I. RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei do Legislativo tramitando nesta casa legislativa, distribuído à relatoria deste Vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, possa opinar sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do supracitado projeto que dispõe sobre a alteração da redação do artigo 7º, da Lei 4.674/2023, e dá outras providências.

Passo a opinar.

II. DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Nos termos do artigo 30, inciso I do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda, conforme preconizado no artigo 32 do mesmo diploma legal, à "Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno".

Desta forma cabe a esta comissão a análise do presente projeto de Lei do Legislativo em comento.

III. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO:

O artigo 30, incisos I e II da Carta Magna Brasileira contem a previsão da competência legislativa dos municípios, que é exclusiva destes em se tratando de interesse local, configurando flagrante inconstitucionalidade normas federais ou estaduais que tratem sobre o tema.

GABINETE – VEREADOR ROBERTO RANGEL

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330034003900390039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 15



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Logo, é competente o Município para legislar sobre o tema.

IV. DA INICIATIVA LEGISLATIVA:

É certo que, via de regra, a iniciativa legislativa é geral, o que garante ao povo, vereadores, comissões e ao Prefeito a elaboração de leis municipais.

Entretanto, não se pode olvidar, que não só a Carta Magna Brasileira, como também a Lei Orgânica do Município de Aracruz trazem consigo matérias cuja competência é privativa do Poder Executivo, ou seja, apenas e tão somente a ele cabe a elaboração de determinadas matérias.

É o que chamamos de reserva de iniciativa, prevista no artigo 61, §1º da CRFB e artigo 30, parágrafo único, incisos I, II e IV, *in verbis*:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;*
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;*
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;*
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;*
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a*

GABINETE – VEREADOR ROBERTO RANGEL

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



39.616.891/0001-40 - E-mail: vereador@robertorangel.com.br - Site: www.mma.es.gov.br
com o identificador 330034003900390039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2004 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

reserva.

Art. 30. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

III - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, ressalvado o disposto no art. 22;

IV - criação e atribuições das Secretarias Municipais e Órgãos do Poder Executivo.

Lado outro, o artigo 22 da Lei Orgânica do Município de Aracruz traz quais são as competências privativas da Câmara, senão vejamos:

Art. 22. À Câmara Municipal compete privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - eleger sua Mesa, bem como destituí-la na forma regimental;

II - dispor sobre o seu Regimento Interno;

III - organizar seus serviços administrativos e prover os respectivos cargos:

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2023)

IV - dispor sobre o quadro de seus funcionários;

V - criar, transformar ou extinguir cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar os respectivos vencimentos, mediante lei, respeitadas as regras concernentes à remuneração e limites de dispêndios com pessoal, expressos nos artigos 37, inciso XI, e 169 da Constituição Federal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2023)

VI - conhecer do veto e sobre ele deliberar;

VII - autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se ausentarem do País, do Estado ou Município, por necessidade de serviço, quando a ausência exceder a

GABINETE – VEREADOR ROBERTO RANGEL

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



39.616.891/2001-40 - E-mail: vereador@robertorangel.com.br. Site: www.aracruz.es.gov.br
com o identificador 330034003900390039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 17



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

quinze dias;

VIII - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

IX - receber o compromisso de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito quando eleitos, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;

X - fixar os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos secretários municipais, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição Federal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2023)

XI - julgar as contas prestadas pelo Prefeito, no prazo de noventa dias após o recebimento de parecer prévio do Tribunal de Contas, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, observados os seguintes preceitos:

a) o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

b) Será dada vista ao Prefeito para tomar conhecimento do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas e oferecer justificativa no prazo de 30 (trinta) dias corridos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2023)

c) rejeitadas as contas são imediatamente remetidas ao Ministério Público para os devidos fins;

XII - proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal quando não apresentadas no prazo estabelecido nesta lei;

XIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;

XIV - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

XV - transferir temporariamente a sua sede;

XVI - solicitar intervenção estadual, quando necessária, para assegurar o livre exercício de suas funções, nos termos do ad. 30, da Constituição Estadual;

XVII - autorizar ou aprovar convênios, acordos ou contratos a serem firmados com os governos federal, estadual e com outros municípios, com entidades de direito público ou privado, ou com particulares, nos casos que resultem compromissos financeiros superiores a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos ou cuja vigência extrapole o mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal e/ou que não estejam previstos na lei orçamentária; (Redação

GABINETE – VEREADOR ROBERTO RANGEL

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



39.616.891/0001-40 - E-mail: vereador@robertorangel.com.br Site: www.aracruz.es.gov.br
Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330034003900390039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 18



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2023)

XVIII - receber renúncia de Vereador;

XIX - processar e julgar o Prefeito e o Vice-Prefeito nas infrações político-administrativas, na forma da lei;

XX - convocar Secretário Municipal para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XXI - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

XXII - fixar o subsídio dos Vereadores, para vigorar na legislatura seguinte, observados os limites máximos estabelecidos pelo art. 29, VI, da Constituição Federal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2023)

XXIV - conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município, mediante decreto-legislativo aprovado pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros;

XXV - zelar pela preservação de sua competência em face de atribuição normativa do Poder Executivo;

XXVI - autorizar referendo e convocar plebiscito no âmbito municipal;

XXVII - dispor, mediante lei específica, sobre a criação de autarquia e autorização para a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e de fundação, observado o art. 37, XIX, da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2023)

Diante de todo exposto, trata-se de competência privativa da Câmara Municipal de Aracruz legislar sobre a matéria em apreço, razão pela qual, outra conclusão não há senão de que inexistente vício quanto a iniciativa.

V. DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE:

O artigo 12, §2º da Lei Orgânica do Município de Aracruz assegura a autonomia funcional, administrativa e financeira da Câmara. Tal previsão se assemelha ao artigo 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Aracruz.

Observa-se que o projeto de lei do legislativo em apreço visa incluir no pagamento de despesas pelo regime de adiantamento, denominado suplimento de fundos, outra forma de pagamento a fim de facilitar as transações realizadas, qual seja, outras

GABINETE – VEREADOR ROBERTO RANGEL

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.camaraempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 330034003900390039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2004 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fls. 19



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

transferências eletrônicas bancárias, sem deixar de obedecer os demais preceitos da lei 4.674/2023.

Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem ainda incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria.

VI. DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO:

Por se tratar de projeto de lei ordinária deve ser observado o quórum de MAIORIA SIMPLES para aprovação, desde que presentes a maioria absoluta dos vereadores em plenário.

VII. DA TÉCNICA LEGISLATIVA:

A Constituição Federal estabeleceu, no parágrafo único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que se consumou com a promulgação da LC nº 95/98. Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando o projeto de lei, observo que a proposição está em conformidade com a referida norma.

VIII. CONCLUSÃO:

Ante o todo o anteriormente exposto, nos termos da fundamentação lançada neste parecer, entendo que o Projeto de Lei do Legislativo nº 019/2024 de autoria da Mesa da Câmara Municipal de Aracruz, está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual esta Relatoria se manifesta pela **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE da proposição.**

ROBERTO RANGEL
Vereador - PODEMOS

GABINETE – VEREADOR ROBERTO RANGEL

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.camaraempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 330034003900380039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fls. 20



Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GABINETE – VEREADOR ROBERTO RANGEL

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491 Fax: (27) 3256-9492



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330034003900390039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2004 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 21

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310034003700330039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **ROBERTO RANGEL** em 29/05/2024 09:11

Checksum: **AF5D48395C7B2F3573D75D1CBB54C0AB606B26975CC483253CE65ABA1ACDABAC**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

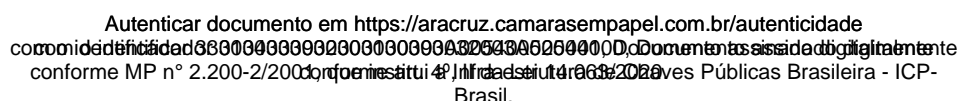
**De: DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
À GABINETE ADRIANA GUIMARAES**

Encaminho o Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Legislativo, à vereadora Adriana Guimarães, relatora na Comissão de Finanças, conforme reunião ordinária de 05/06/2024.

Em 6 de junho de 2024

LUANA ASSINI ELEUTERIO

Analista Administrativo e Legi



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100330032003100390032003A005400

Assinado eletronicamente por **LUANA ASSINI ELEUTERIO** em **06/06/2024 09:56**

Checksum: **9A0A81010FD98129D904038FED20CFDA16263948C2C98CA57B3A58C7D106BE15**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

De: GABINETE ADRIANA GUIMARAES

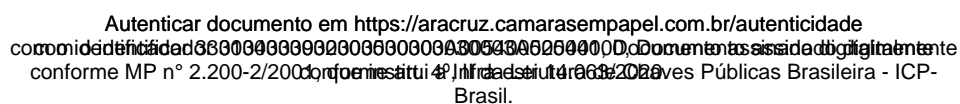
À DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Para providências.

Em 12 de junho de 2024

ADRIANA GUIMARAES MACHADO

Vereador



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100330032003500300030003A005400

Assinado eletronicamente por **ADRIANA GUIMARAES MACHADO** em **12/06/2024 16:54**
Checksum: **2A664751813AA2D452EBF0C18455CC1B7062317E896EFAFCAD315ADFF2B0FCD7**





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADAS DE CONTAS

PROJETO DE LEI Nº 019/2024

EMENTA: "ALTERA REDAÇÃO DO ART. 7º, DA LEI Nº 4.674/23, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTOR: MESA DIRETORA

RELATORA: ADRIANA GUIMARÃES MACHADO – VEREADORA

I- RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria da Mesa Diretora, com objetivo de atualizar a forma de pagamento, inserindo a modalidade PIX, e assim realizando a alteração do art. 7º, da Lei Municipal nº 4.674/23.

Por fim, cumpre destacar que a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação pugnou pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em comento.

II – COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADAS DE CONTAS

Neste diapasão, cabe à Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomadas de Contas as atribuições contidas no art.30, II, do Regimento Interno, que aduz:

"Art. 30 Sem prejuízo do disposto no Art. 27, § 2º, da Lei Orgânica, compete:





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

II - À Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de Contas, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a) A matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do município, ou repercutem no patrimônio municipal.

b) Os projetos de plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, privativamente, o projeto do orçamento anual e da prestação de contas do Prefeito Municipal e da Mesa da Câmara.

c) Todas as proposições que, quanto ao aspecto financeiro, concorram diretamente para aumentar ou diminuir a despesa, assim como a receita pública.

d) Todas as proposições decorrentes da competência prevista no artigo 40 da Constituição Estadual e artigo 84 da Lei Orgânica do município."

Sendo assim, a presente matéria é pertinente para apreciação desta Comissão.

III – DO MÉRITO





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Desta forma, o Projeto de Lei não trará repercussão na esfera orçamentária e financeira, uma vez que não implicará em aumento de despesas com a aprovação do mesmo.

Outrossim, o art. 22 da Lei Orgânica do Município de Aracruz traz quais são as competências privativas da Câmara, senão vejamos:

“Art. 22. À Câmara Municipal compete privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

(...)

III - organizar seus serviços administrativos e prover os respectivos cargos;

(...)

XXV - zelar pela preservação de sua competência em face de atribuição normativa do Poder Executivo;”

Destacando assim que a alteração da norma em esboço apenas possui o intuito de modernizar e atualizar a forma de pagamento, com a inserção da modalidade PIX, portanto em perfeita sintonia com as legislações vigentes.

IV – CONCLUSÃO





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ante o exposto, após análise do Projeto de Lei, opino favoravelmente a matéria em questão, bem como sejam adotadas as cautelas de estilo para prosseguimento do presente.

Aracruz/ES, 10 de junho de 2024.

ADRIANA GUIMARÃES MACHADO

Vereadora – MDB

Relatora





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100330032003800370035003A005400

Assinado eletronicamente por **WELINGTON TOBIAS PEREIRA** em 11/03/2025 18:16

Checksum: **EDA37D3C0E19D363836E54B6D5622793708647A4B8C83169498F3A3426D54CC1**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()
Processos Apensados: Nenhum
Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

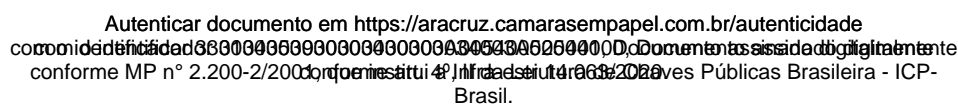
**De: GABINETE EDILSON SPINASSÉ
À DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

Segue Parecer da CCJ.

Em 28 de março de 2025

JOSÉ EDILSON SPINASSÉ

Vereador



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100350030003400300034003A005400

Assinado eletronicamente por **JOSÉ EDILSON SPINASSÉ** em 28/03/2025 16:16

Checksum: **48BE9564014B8EB058E6ED927FCC95DD2DF1067D5D156E04A5D986B39477FE98**





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA Nº 004/2025 AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 19/2024

EMENTA: Altera o artigo 1º do Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Legislativo.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Emenda Modificativa ao Projeto de Lei do Legislativo distribuído à relatoria deste Vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, opine sobre constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa da emenda que altera o artigo 1º do Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Legislativo.

É o breve relatório.

II. DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nos termos do art. 70, inciso I do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda, conforme preconizado no art. 72 do mesmo diploma, à “*Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno*”.

Desta forma, cabe à comissão a análise da proposição.

GABINETE – VEREADOR EDILSON SPINASSE

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 320037003900380038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 35



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

III. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO

O artigo 30, incisos I e II da CF contém a previsão da competência legislativa dos municípios, que é exclusiva em se tratando de interesse local, configurando flagrante inconstitucionalidade normas federais ou estaduais que tratem sobre o tema.

O inciso II do referido artigo garante aos municípios a suplementação de legislação federal e estadual, a fim de adequar à realidade local, sem, contudo, contrariar o previsto em norma federal/estadual ou exceder os limites de sua competência.

Neste sentido, a proposta está inserida na competência legislativa do Município, dispondo sobre matéria de interesse local, uma vez que a emenda proposta visa alterar a redação do projeto original para retirar a modalidade de pagamento por cheque, por atualmente não ser mais utilizada, e incluir na lei a expressão “*outro meio eletrônico de pagamento*”. Posto isto, o Município pode legislar sobre a matéria.

IV. DA INICIATIVA LEGISLATIVA

Via de regra, a iniciativa legislativa é geral, o que garante ao povo, vereadores, comissões e ao Prefeito a elaboração de leis municipais.

Entretanto, não só a CF, como também a Lei Orgânica do Município de Aracruz trazem matérias cuja competência é privativa do Poder Executivo.

É a chamada **reserva de iniciativa**, prevista no artigo 61, §1º da CF e artigo 30, parágrafo único, incisos I, II e IV, respectivamente:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

GABINETE – VEREADOR EDILSON SPINASSE

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 320037003900380038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 36



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Art. 30. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

III - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, ressalvado o disposto no art. 22;

IV - criação e atribuições das Secretarias Municipais e Órgãos do Poder Executivo.

Lado outro, o art. 22 da Lei Orgânica do Município de Aracruz traz quais são as competências privativas da Câmara:

Art. 22. À Câmara Municipal compete privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

III - organizar seus serviços administrativos e prover os respectivos cargos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2023)

Neste sentido, trata-se de competência privativa da Câmara Municipal de

GABINETE – VEREADOR EDILSON SPINASSE

Rua Professor Lobo, 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 320034003900380038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 37



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Aracruz legislar sobre a matéria em apreço, não havendo vício quanto à iniciativa.

V. DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE

Verifica-se que quanto à constitucionalidade material e formal, não há qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria.

O artigo 12, §2º da Lei Orgânica do Município de Aracruz assegura a autonomia funcional, administrativa e financeira da Câmara. Tal previsão se assemelha ao artigo 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Aracruz.

Observa-se que a emenda em apreço visa alterar a redação do projeto original para retirar a modalidade de pagamento por cheque, por atualmente não ser mais utilizada, e incluir na lei a expressão “*outro meio eletrônico de pagamento*”, sem deixar de obedecer os demais preceitos da lei 4.674/2023.

Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem ainda incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria.

VI. DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO

Por se tratar de projeto de lei ordinária deve ser observado o quórum de **maioria simples** para aprovação, desde que presentes a maioria absoluta dos vereadores em plenário.

VII. DA TÉCNICA LEGISLATIVA

A Constituição Federal estabeleceu, no parágrafo único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que se consumou com a promulgação da LC nº 95/98. Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico.

Analisando-se a proposição, observa-se um erro material em sua redação, pois

GABINETE – VEREADOR EDILSON SPINASSE

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491



Autenticar documento em <https://aracruz.ba.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 320037003900380038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 38



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

o artigo 1º da emenda faz menção direta ao texto do artigo 7º da Lei 4.674/23, quando na verdade deveria alterar o art. 1º do Projeto de Lei para fazer constar a redação que se pretende dar ao art. 7º da norma. Logo, é necessário saneamento do vício apontado.

VIII. CONCLUSÃO

Isto posto, nos termos da fundamentação, a Emenda Modificativa nº 004/2025 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 019/2024, de autoria da mesa diretora, está em consonância com o ordenamento jurídico, razão pela qual esta relatoria se manifesta pela **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE** da proposição, desde que saneado o erro material na redação do dispositivo.

Aracruz/ES, 27 de março de 2025.

JOSÉ EDILSON SPINASSE

PROGRESSITAS

GABINETE – VEREADOR EDILSON SPINASSE

Rua Professor Lobo. 550 – Centro – Aracruz – ES – CEP 29.190-062 Tel.: (27) 3256-9491



Autenticar documento em <https://aracruz.es.gov.br>
com o identificador 320037003900380038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 39

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 320037003000380033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JOSÉ EDILSON SPINASSÉ** em 28/03/2025 16:16

Checksum: **01B1B36D29221FCE4C36FC5DAC7B3F30E22B9AC5D1B5F718963CE4386E7BDFAB**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ GOMES DOS SANTOS** em 31/03/2025 07:43

Checksum: **EA9F4F559F4191D18B575654CE2B1F83008584AA509724C8174B91983AAD3876**

Assinado eletronicamente por **GUSTAVO ROSSONI BARCELOS** em 31/03/2025 12:34

Checksum: **BAEED5EF6307DB9D821B437DF61629120F9DCF6B2D9E3C40C3E33A12DDB665EE**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

**De: DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
À GABINETE DA MONICA**

Encaminho o Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Legislativo, a vereadora **Mônica Cordeiro**, relator na Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de Contas, para exarar parecer, conforme reunião ordinária de 02/04/2025.

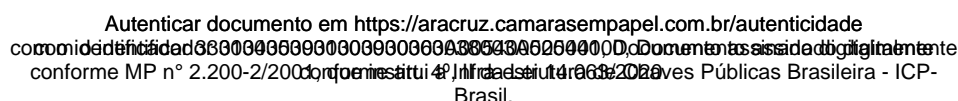
Na forma do art. 65 do Regimento Interno, a emissão de parecer deverá obedecer aos seguintes prazos:

- 03 (três) dias útil, nas matérias em regime de urgência.
- 08 (oito) dias úteis nas matérias em regime de tramitação ordinária.

Em 7 de abril de 2025

LUANA ASSINI ELEUTERIO

Analista Administrativo e Legi



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100350031003900360038003A005400

Assinado eletronicamente por **LUANA ASSINI ELEUTERIO** em **07/04/2025 10:22**

Checksum: **5D5C9E5C959D4A4B40DF09EDF0F2322D1B2C2543F0AF58EBDE4DEC8A6C50ECA5**



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100350032003300380037003A005400

Assinado eletronicamente por **MÔNICA DE SOUZA PONTES CORDEIRO** em 14/04/2025 14:35

Checksum: **63F55AAEAF54BDAA524AAE4CA71BE50E64D00E2DA2BAD9D55CCD1A75A03C42A9**









Câmara Municipal de Aracruz
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de Responsabilidade Fiscal e do artigo 169 da Constituição Federal, assim como as demais legislações que tratam da despesa pública.

É o parecer, sala de comissões, 09 de abril de 2025.

MONICA PONTES CORDEIRO
Vereador Relator



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 320037003700340038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **MÔNICA DE SOUZA PONTES CORDEIRO** em 14/04/2025 14:35
Checksum: **D72ED693931736372E35A74FEB684F52E205D1416EDF1D7DD28C57BFFE12C8E9**

Assinado eletronicamente por **VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA** em 14/04/2025 15:09
Checksum: **955A171FC8CD38E779F7ECDE7AF89BA06E33BB84A079AF74CF6BF119246E1290**

Assinado eletronicamente por **RENATO PEREIRA SOBRINHO** em 14/04/2025 15:41
Checksum: **EE2598390BE04172AEC1AB0B0A2516C585F822597ED5666187C4D00AEB14BD69**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

De: COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

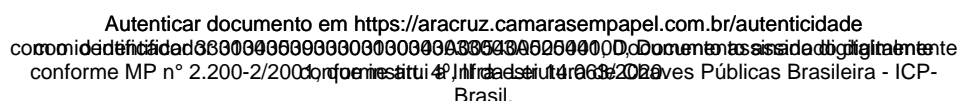
À Plenário

O Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Legislativo, foi incluído em Pauta para votação em Turno Único na 12ª Sessão Ordinária, em 22/04/2025, por determinação do Presidente da Câmara, na forma do art. 34, XVI, alínea “i”, do Regimento Interno.

Em 16 de abril de 2025

WELINGTON TOBIAS PEREIRA

Agente Administrativo e Legisla



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100350033003100340033003A005400

Assinado eletronicamente por **WELINGTON TOBIAS PEREIRA** em **16/04/2025 17:50**

Checksum: **643C740A9A36524B82137D25E564F9AF0192C7590320E8AF0C6A1E460D0CDD8D**





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO PAUTA DA SESSÃO

12ª SESSÃO ORDINÁRIA
27ª Legislatura 2025/2028
Data: 22 de abril de 2025
Horário: 18:00 horas

APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

- 1ª Proposição:** **Projeto de Decreto Legislativo nº 026/2025**
Ementa: Concede “Prêmio Honra ao Mérito Desportivo” ao senhor Thiago Giraldele Segatto.
Autor(a): José Gomes dos Santos (Lula).
Quórum: Dois terços – votação Secreta.
- 2ª Proposição:** **Projeto de Decreto Legislativo nº 027/2025**
Ementa: Concede Título de Cidadã Aracruzense à senhora Sueli dos Reis Abrantes.
Autor(a): Adriana Guimarães Machado.
Quórum: Dois terços – votação Secreta.
- 3ª Proposição:** **Projeto de Decreto Legislativo nº 028/2025**
Ementa: Concede “Prêmio Destaque Mulheres Aracruzenses” à senhora Alda Regina Monteiro Gomes Toledo.
Autor(a): Adriana Guimarães Machado.
Quórum: Dois terços – votação Secreta.

VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO

- 4ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 011/2025 - Regime de Urgência**
Ementa: Cria o Programa Auxílio Moradia Eventual – PAME, às famílias em situação de risco geológico residentes no bairro Santa Luzia e dispõe sobre seu funcionamento.
Autor(a): Poder Executivo Municipal.
Quórum: Maioria simples.
- 5ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 106/2022 - com Emendas**
Ementa: Dispõe sobre o Programa Cantina Saudável nas instituições educacionais municipais e dá outras providências.
Autor(a): Poder Executivo Municipal.
Quórum: Maioria simples.
- 6ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 005/2025**
Ementa: Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de uso de Bem Imóvel Público com o Instituto Baleia Jubarte e dá outras providências.
Autor(a): Poder Executivo Municipal.
Quórum: Maioria simples.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7ª Proposição: Projeto de Lei nº 019/2024 - com Emenda
Ementa: Altera a redação do artigo 7º, da Lei 4.674/2023, e dá outras providências.
Autor(a): Poder Executivo Municipal.
Quórum: Maioria simples.

8ª Proposição: Projeto de Resolução nº 001/2025 - Arquivamento
Ementa: Dispõe sobre a desfiliação da Câmara Municipal de Aracruz à Associação das Câmaras Municipais e de Vereadores do Estado do Espírito Santo – ASCAMVES e dá outras providências.
Autor(a): Mesa Diretora.
Quórum: Maioria simples.

Aracruz/ES, 16 de abril de 2025

Jean Carlo Gratz Pedrini
Presidente da Câmara Municipal de Aracruz





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

De: Plenário
À PROCURADORIA

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Aracruz, em seu art. 140, parágrafo único, estabelece que “ao encerrar-se a Legislatura, todas as proposições sobre as quais a Câmara não tenha deliberado definitivamente serão arquivadas, excetuam-se as proposições de iniciativa de vereador e prefeito reeleitos, que se consideram automaticamente reapresentadas, retornando ao exame das Comissões Permanentes”

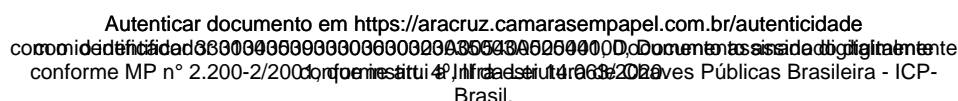
A normativa, porém, não prevê qual o procedimento a ser adotado quando se trata de projeto de autoria da Mesa Diretora.

Assim, considerando a lacuna sobre o procedimento a ser adotado sobre tais projetos, solicito a emissão de parecer jurídico desta Douta Procuradoria para continuidade de tramitação do Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria da Mesa Diretora anterior, atualmente em tramitação nesta Casa Legislativa.

Em 23 de abril de 2025

TUANNY VIEIRA AUER

Analista Administrativo e Legi



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100350033003600320035003A005400

Assinado eletronicamente por **TUANNY VIEIRA AUER** em **23/04/2025 14:12**

Checksum: **720AE0360EA517BB9B5E9CD6FF0ECECED2479BB596ED8A05A8321F5E82E82A57**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

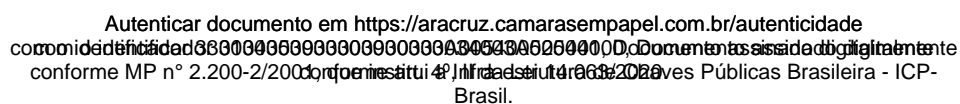
**De: PROCURADORIA
À DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

Segue em anexo parecer desta Procuradoria para conhecimento e providências.

Em 26 de maio de 2025

FELIPE NASCIMENTO LOUREIRO

Subprocurador



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100350033003900330034003A005400

Assinado eletronicamente por **FELIPE NASCIMENTO LOUREIRO** em **26/05/2025 14:01**

Checksum: **1E2E1016DBEA2CBC5B7E5CF671802BFFAEE7FACA62030947FD503F34775EDA2A**





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADORIA

Processo nº: 683/2024

Requerente: Plenário

Assunto: Proposição da Mesa Diretora anterior - Projeto de Lei nº 019/2024

Parecer nº: 091/2025

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROJETO DE LEI PROPOSTA PELA MESA DIRETORA ANTERIOR. NECESSIDADE DE APROVAÇÃO PELA NOVA MESA DIRETORA.

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Aracruz (biênio 2023/2024), que altera a Lei nº 4.674/2024, que altera a redação do artigo 7º da Lei nº 4.674/2023 que dispõe sobre o pagamento de despesas pelo regime de adiantamento, denominado suprimento de fundos.

Com o advento da 27ª Legislatura (2025/2028) e a eleição da nova Mesa Diretora (biênio 2025/2026), o Plenário encaminhou a proposição a esta assessoria jurídica para manifestação, arguindo se, considerando a inexistência de disposição

Rua Professor Lobo, nº 550, Centro – Aracruz/ES, CNPJ: 39.616.891/0001-40, CEP: 29.190-910
Tel.: (27)3256-9491 – Fax: (27) 3256-9492 – Site: www.cma.es.gov.br – E-mail: cmacz@cma.es.gov.br

1 de 5



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330030003900390036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 57





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 1º O Regimento Interno estabelecerá as competências, as atribuições, a forma de eleição e substituição dos membros da Mesa.

REGIMENTO INTERNO

Art. 23. A Mesa da Câmara compõe-se de 03 (três) cargos: Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, com competência para dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e auxiliar no que for delegado nos serviços administrativos da Câmara.

Art. 31. A Mesa é o órgão diretor dos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal.

Art. 32. Compete à Mesa da Câmara Municipal de Aracruz, privativamente, em colegiado:

I - propor ao Plenário Projeto de Lei que crie, transforme e extinga cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como fixe as correspondentes remunerações e vencimentos iniciais;

(...)

XII - determinar o início da Legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na Legislatura anterior;

Como cediço, a nova Mesa Diretora, eleita no início da legislatura, assume com plenos poderes para gerir os assuntos internos da Câmara e representar o Poder Legislativo municipal com diretrizes próprias, podendo revisar prioridades legislativas, orçamentárias e financeira, o que pode impactar a viabilidade do projeto.

A proposta em epígrafe trata de alteração na regra do suprimimento de fundos, de modo que a nova gestão deve avaliar se há interesse em continuar com a tramitação da proposição, não se aplicando o disposto no art. 140 do Regimento Interno, considerando que o aduzido dispositivo, conforme salientado na consulta, abrange apenas os vereadores e prefeito.

O aduzido dispositivo deve ser interpretado à luz da estrita legalidade. Assim, não se aplica a proposições de iniciativa institucional, como as de autoria da Mesa Diretora, que possui natureza jurídica distinta da atuação individual do parlamentar e do prefeito.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Isso se deve ao fato de que as proposições da Mesa Diretora são **atos institucionais do órgão diretivo** da Câmara, e não se vinculam à reeleição ou não dos seus membros individualmente.

Consoante os princípios da eficiência e da continuidade, a administração deve atuar de forma eficiente e responsável. Logo, submeter o projeto à nova Mesa garante que a matéria será analisada à luz das diretrizes e realidades da nova gestão, evitando decisões descontextualizadas ou desatualizadas.

A submissão do projeto à nova Mesa respeita a prerrogativa do Poder Legislativo de gerenciar suas proposições, evitando que a nova legislatura fique vinculada a decisões da gestão anterior sem a devida revalidação, todavia, de outro lado, garante que as proposições em haja o interesse no prosseguimento não precisem ser retomadas do ponto de partida através de uma nova propositura.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos da fundamentação supra, entendo que o disposto no art. 140 do Regimento Interno não se aplica às proposições da Mesa Diretora, as quais podem seguir tramitando na legislatura seguinte, todavia, imperiosa a submissão do Projeto de Lei nº 019/2024 à aprovação da nova Mesa Diretora a fim de ratificar o interesse no prosseguimento da tramitação, garantindo a adequação da proposta às novas diretrizes políticas, administrativas, orçamentárias e financeiras, na forma da Lei Orgânica e no Regimento Interno.

É o parecer, à superior consideração.

Aracruz/ES, 26 de maio de 2025.

Assinado eletronicamente

Aline M. Gratz

Procuradora Geral – mat. 900288

OAB/ES 10.951

Rua Professor Lobo, nº 550, Centro – Aracruz/ES, CNPJ: 39.616.891/0001-40, CEP: 29.190-910
Tel.: (27)3256-9491 – Fax: (27) 3256-9492 – Site: www.cma.es.gov.br – E-mail: cmacz@cma.es.gov.br

4 de 5



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 320030003900390036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 60



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Assinado eletronicamente

MAURÍCIO XAVIER NASCIMENTO

Procurador – mat. 015237

OAB/ES 14.760

Rua Professor Lobo, nº 550, Centro – Aracruz/ES, CNPJ: 39.616.891/0001-40, CEP: 29.190-910
Tel.: (27)3256-9491 – Fax: (27) 3256-9492 – Site: www.cma.es.gov.br – E-mail: cmacz@cma.es.gov.br

5 de 5



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 320030003900390036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 61

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 320039003700390036003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Aline Maria gratz** em 26/05/2025 15:00

Checksum: **D35D21B01AC2750B9C78D59CF6C28F1A3D6DA46B181BCBBF6B7D69C88ED3C05F**

Assinado eletronicamente por **MAURICIO XAVIER NASCIMENTO** em 26/05/2025 15:34

Checksum: **8F1BF3D53CD5A444A84F8F349D9E05E0F73A2AE3DD64E13A60AAE0FD09EEC51**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()
Processos Apensados: Nenhum
Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

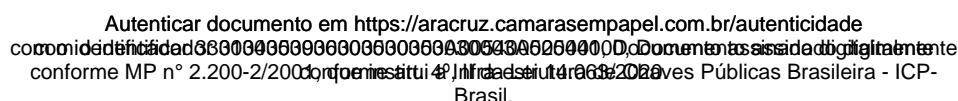
**De: DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
À MESA DIRETORA**

Considerando o parecer jurídico acostado, encaminho o Projeto de Lei nº 019/2024 à Mesa Diretora para que manifeste o interesse no prosseguimento da tramitação, de forma a garantir a adequação da proposta às novas diretrizes políticas, administrativas, orçamentárias e financeiras, na forma da Lei Orgânica e no Regimento Interno.

Em 21 de julho de 2025

WELINGTON TOBIAS PEREIRA

Chefe de Departamento Legislat



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100350036003500350030003A005400

Assinado eletronicamente por **WELINGTON TOBIAS PEREIRA** em 21/07/2025 16:39

Checksum: **3BD324904E5C50B6C8983F0B0F66F47673798B71DD16B49B7026CB087C64C15C**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

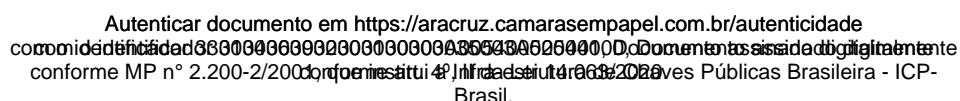
De: MESA DIRETORA
À DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Acolho o parecer da Procuradoria, e autorizo o prosseguimento da tramitação, de forma a garantir a adequação da proposta às novas diretrizes políticas, administrativas, orçamentárias e financeiras, na forma da Lei Orgânica e no Regimento Interno.

Em 29 de julho de 2025

JEAN CARLO GRATZ PEDRINI

Presidente da Câmara



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360032003100300035003A005400

Assinado eletronicamente por **JEAN CARLO GRATZ PEDRINI** em **29/07/2025 15:55**

Checksum: **1A67FF24CF9351ED1171EBDCD697121841FC66E0D8F8389E5EC2389B1D733632**





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

De: DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

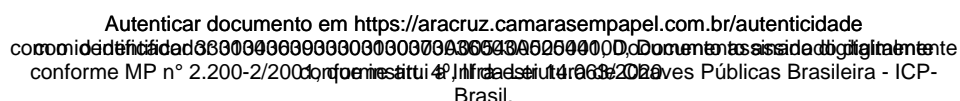
À Plenário

O Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Legislativo, foi incluído em Pauta para votação em Turno Único na 27ª Sessão Ordinária, em 18/08/2025, por determinação do Presidente da Câmara, na forma do art. 34, XVI, alínea “i”, do Regimento Interno.

Em 18 de agosto de 2025

LUANA ASSINI ELEUTERIO

Analista Administrativo e Legi



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360033003100370036003A005400

Assinado eletronicamente por **LUANA ASSINI ELEUTERIO** em **18/08/2025 09:39**

Checksum: **FF1A7875864346B5683635A355898338BB96085FA05B6AED46C722BA98CBEA31**





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PAUTA DA SESSÃO

Sessão: 27ª Sessão Ordinária

Legislatura 2025/2028

Data: 18 de agosto de 2025

Horário: 18:00 horas

APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

- 1ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 032/2025**
Ementa: Dispõe sobre revogação da Lei nº 4.448/2022 e dá outras providências.
Autor(a): Poder Executivo Municipal.
Quórum: Maioria simples.
- 2ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 058/2025**
Ementa: Dispõe sobre a denominação de viaduto público em Barra do Riacho.
Autor(a): Etienne Coutinho Musso.
Quórum: Maioria simples.
- 3ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 059/2025**
Ementa: Dispõe sobre denominação de prédio público do Município de Aracruz.
Autor(a): Etienne Coutinho Musso.
Quórum: Maioria simples.
- 4ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 060/2025**
Ementa: Dispõe sobre a utilização de "drones" nas ações de combate ao mosquito Aedes aegypti e às doenças por ele transmitidas, bem como em outras necessidades de interesse público, no âmbito do Município de Aracruz.
Autor(a): Sebastião Sfalsin do Nascimento (Tião Cornélio).
Quórum: Maioria simples.
- 5ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 061/2025**
Ementa: Institui, e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Aracruz, o Dia Municipal do Congo.
Autor(a): Etienne Coutinho Musso.
Quórum: Maioria simples.
- 6ª Proposição:** **Projeto de Decreto Legislativo nº 079/2025**
Ementa: Concede "Prêmio Destaque Mulheres Aracruzenses" à senhora Simone Bianca Rosa dos Anjos.
Autor(a): José Gomes dos Santos (Lula).
Quórum: Dois terços – votação secreta (22, XXIV, LOM e 233, III, RI).

Rua Professor Lobo, 550 - Centro - Aracruz - ES - CEP 29.190-062 - Tel.: (27) 3256-9491 - Site: www.aracruz.es.leg.br
Diretoria de Processo Legislativo - (27) 3256-9461 - CNPJ: 39.616.891/0001-40 - E-mail: legislativo@aracruz.es.leg.br



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330034003900360030003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

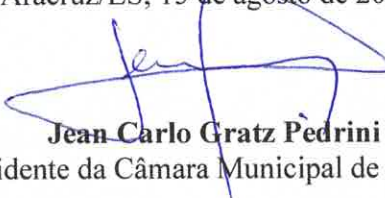


Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO

- 7ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 021/2025 - Regime de Urgência**
Ementa: Altera anexo III da Lei Municipal nº 4.695, de 02/04/2024 - Plano de cargos, carreira e vencimentos dos profissionais do Magistério Público do Município de Aracruz, e dá outras providências.
Autor(a): Poder Executivo Municipal.
Quórum: Maioria simples.
- 8ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 002/2025**
Ementa: Dispõe sobre a instituição do cartão de identificação para cuidadores(as) de pessoas com deficiência e de idosos acima de 80 anos.
Autor(a): Poder Executivo Municipal.
Quórum: Maioria simples.
- 9ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 023/2025**
Ementa: Prorroga, até 31 de dezembro de 2026, a vigência do Plano Municipal de Educação de Aracruz – PMEa, aprovado por meio da Lei nº 3.967, de 14/09/2015.
Autor(a): Poder Executivo Municipal.
Quórum: Maioria simples.
- 10ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 019/2024 - com Emenda**
Ementa: Altera a redação do artigo 7º, da Lei 4.674/2023, e dá outras providências.
Autor(a): Mesa Diretora.
Quórum: Maioria simples.
- 11ª Proposição:** **Projeto de Lei nº 017/2025**
Ementa: Dispõe sobre a denominação de logradouro público no distrito sede do Município de Aracruz.
Autor(a): Alex Hander Pereira Daniel.
Quórum: Maioria simples.

Aracruz/ES, 15 de agosto de 2025.


Jean Carlo Gratz Pedrini
Presidente da Câmara Municipal de Aracruz





Rua Professor Lobo, nº 550 - Centro, Aracruz - ES, 29190-062

Processo: 683/2024 | Autor: ALEXANDRE MANHAES ()

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

FOLHA DE DESPACHO

De: Plenário

À SECAO DE ARQUIVO GERAL

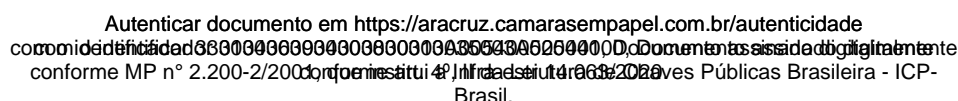
Considerando que na 27ª Sessão Ordinária, em 18/08/2025, foi aprovado o pedido de arquivamento do Projeto de Lei nº 019/2024, de autoria do Poder Legislativo, na forma do art. 139 do Regimento Interno.

Assim, finalizo o processo e recolho para arquivamento.

Em 19 de agosto de 2025

LUANA ASSINI ELEUTERIO

Analista Administrativo e Legi



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360034003800310035003A005400

Assinado eletronicamente por **LUANA ASSINI ELEUTERIO** em **19/08/2025 10:33**

Checksum: **6FE5E3B14878607AB690418F3561AAABF15A1826B72A7D81C9141529A7DF2473**





MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 27ª Sessão Ordinária

Data: 18/08/2025

Proposição: Projeto de Lei nº 019/2024 – Altera a redação do artigo 7º, da Lei 4.674/2023, e dá outras providências.

Nº	VEREADOR	ARQUIVAMENTO PROJETO DE LEI Nº 019/2024		
		SIM	NÃO	Abstenção
01	ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X		
02	ALEX HANDER PEREIRA DANIEL	X		
03	CARLOS ANDRÉ FRANÇA DE SOUZA (PAIM)	X		
04	DANIEL CALDAS SOARES FERREIRA (DANDAN)	X		
05	EMANUEL DELGADO DA SILVA (KAPITÃO)	X		
06	ETIENNE COUTINHO MUSSO	X		
07	GUSTAVO ROSSONI	X		
08	JEAN CARLO GRATZ PEDRINI			Presidente
09	JOSÉ EDILSON SPINASSÉ	X		
10	JOSÉ GOMES DOS SANTOS (LULA)	X		
11	JOSÉ MIGUEL VIEIRA ROSA (DEQUINHA)	X		
12	LEANDRO RODRIGUES PEREIRA (LÊO PEREIRA)	X		
13	MARCELO CABRAL SEVERINO (MARCELO NENA)	X		
14	MÔNICA DE SOUZA PONTES CORDEIRO	ausente		
15	RENATO PEREIRA SOBRINHO	X		
16	SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO (TIÃO CORNÉLIO)	X		
17	VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA (VILSON JAGUARETÉ)	X		

RESULTADOS:

Favoráveis: 15 votos

Contrários: 00 votos

Abstenção: 00 voto

VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA
1º Secretário



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330034003600330038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA** em 19/08/2025 10:17

Checksum: **78CC5F3D7FD2FD9582EEB689693BC7579C713836088F3D037147DE7936706592**

